



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21 de novembro de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do Vereador Milton Leite, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento para o PL 479/2011, declaro abertos os trabalhos da 33ª Audiência Pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 10ª audiência pública temática do calendário, elaborado para discutir o PL 479/2011 de autoria do Executivo que estima a receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foram convidados, Sr. Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marcos Belizário; Secretário Municipal de Segurança Urbana, Edson Ortega, representado pelo Secretário Adjunto, Ailton; Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalém e Secretário Executivo do Fundo de Desenvolvimento Urbano, Idelson de Oliveira França.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela internet, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditórios On Line.

Saliento que as inscrições para os pronunciamentos estão abertas junto à secretaria da Comissão, as quais devem ser feitas por cada um dos presentes que desejar formular questões. Os inscritos terão tempo regimental de, no máximo e improrrogáveis, 3 minutos. A presente audiência dar-se início pela pasta Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marcos Belizário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Marcos Belizário.

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Bom dia a todos. A nossa pasta teve um orçamento, que digo, bastante enxuto, dentro das nossas necessidades e também dentro daquilo que nós projetamos para o ano de 2012. É um orçamento baseado mais no custeio da Secretaria e com algumas ações diretas promovidas pela nossa Secretaria. Vale lembrar que nossa Secretaria não foi e não é uma Secretaria para finalizar suas ações do ponto de vista da

concretização de políticas públicas na Cidade de São Paulo. Trabalhamos em conjunto com todas as demais secretarias envolvendo as subprefeituras e toda administração direta e indireta do Município para que as ações de acessibilidade e inclusão na Cidade de São Paulo sejam contempladas nessa administração e cumprindo toda a legislação. Tanto Federal como estadual e municipal. O nosso orçamento, praticamente, é um orçamento de custeio da nossa secretaria, sendo que, eu diria que nós teríamos como mensurar aproximadamente um valor orçamentário envolvendo todas as demais outras secretarias e também administração e direta municipal, praticamente no fim de suas ações. Por exemplo, a Secretaria das Subprefeituras que contempla a questão da acessibilidade de calçadas e nas suas obras do dia-a-dia na Cidade de São Paulo, são contempladas com ações da nossa secretaria, porém o orçamento é próprio da Secretaria das Subprefeituras. Em exercícios anteriores, esse orçamento era repassado, inclusive, por meio de algumas emendas parlamentares para nós que repassaríamos para as demais secretarias. Temos muitas ações que já estão sendo contempladas nas próprias secretarias que executam as devidas obras e as ações que promovem a questão da acessibilidade e da inclusão. Temos, para o ano de 2012, 21 milhões de reais. Sendo que 8.420 é destinado a questão do vencimento, custeio da própria secretaria, com seus servidores mobiliários, serviços de terceiros para manutenção da sede, enfim. Aquisição de materiais equipamentos de serviços de informática, e comunicação que temos o projeto do senso, que deve dar início no mês de março, que já foi licitado e contratado de aproximadamente 5 milhões e também, temos aproximadamente 423 mil reais que é destinado a ações do conselho municipal da Cidade de São Paulo para que eles tenham suas ações em conjunto com a Secretaria e possam de uma forma independente promover ações políticas públicas em favor da pessoa com deficiência por meio do conselho. Temos um projeto de manutenção da central de libras que vai, aproximadamente, consumir sua manutenção de 198 mil. Ações de acessibilidade em curso de educação continuada eventos em geral de dois milhões e 332 mil, implantação, totalizando as ações da acessibilidade, implantação da central

de interpretação de libras a distância, mais 4 milhões, aproximadamente, 21 milhões. Existe também, para finalizar esse valor de custeio, temos aproximadamente em conjunto com a Secretaria Municipal da Saúde, um programa de eco terapia...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário surgiu uma dúvida aqui na comissão: V.Sª falou em um orçamento de 21 milhões, na proposta da Secretaria, logo 36, só foi enviado ao Legislativo, 12 118. Não entendi de onde estão vindo os 21. A proposta encaminhada ao Legislativo, e publicado no *Diário Oficial*, temos 12. Apenas para esclarecer a V.Sª. O orçamento fixado e publicado em “Diário Oficial” que a Câmara Municipal de São Paulo vai apreciar, é de 12 118 878. Foi enviado pelo Executivo...

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Temos uma parte desse orçamento incluído em outras secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Sª. falou no orçamento, de 21. Quero entender a composição. Pediria que o senhor esclarecesse a composição desses 21, onde estão inscritos na rubrica 36, que aqui me consta só a Sé. Não subiu, não diminuiu em relação a 2011. Se tinha 18, foi de 18, que reduziu para 12.

Consta uma redução de 19,5% e não um acréscimo como V.Sa. falou. Então, apesar dos números serem pequenos, Secretário, as diferenças são grandes pelo que estou observando. Não tivemos esses números que chegam, entendeu, Secretário? O orçado de 2011 era 18,079 milhões e você tem uma proposta de 12,118 milhões, ou seja, você tem menos 33%. Eu não sei onde estão os outros. Se quiser fazer uso da sua assessoria, pode convidá-los. Vou suspender os trabalhos por um minuto para que V.Sa. consulte sua assessoria.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo a palavra ao Secretário Marcos Belizário, esclarecendo que, de fato, a proposta do Executivo ao Legislativo é a mesma e foi

publicada em 15 de outubro, mas chegou em 30 de setembro com 12,118 milhões. Os 21, Marcos, já estamos no debate e é a proposta que V.Sa. tem. Fica o compromisso de antemão de tentarmos compor o seu pleito para obter pelo menos os 21 milhões, pois segundo informações que colhemos, 12 milhões não pagam sequer o custeio. Não sei se é isso. Tem V.Sa. a minha palavra. Vamos trabalhar nessa perspectiva já de antemão.

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Agradeço, Sr. Vereador, até por que ao fechar o orçamento fomos contemplados no decorrer do ano seguinte com outras ações por parte da Secretaria do Planejamento. Durante os três anos que estamos à frente da pasta sempre conseguimos viabilizar um número maior do que o orçado. Então, fico agradecido por tentarmos nesta Casa contemplar o solicitado, mas tenho certeza de que teremos todas essas importâncias e mais também para que possamos ter no ano de 2012 todas as nossas ações contempladas.

Eu só queria lembrar a todos de um exemplo. Inauguramos duas novas unidades da AACD na cidade de São Paulo. Essas unidades não estavam no nosso orçamento. Foram ações diretas da nossa Secretaria cujo custeio será totalmente financiado pela Secretaria da Saúde. Conseguimos concretizar ações públicas dessa forma, envolvendo outras Secretarias.

Agora, de fato, é muito importante conseguirmos chegar a esse valor para que tenhamos mais tempo para uma programação mais tranquila para o dia a dia da Secretaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, resta saber o seguinte, o custeio que você tem da estrutura independentemente dos aportes feitos nas diversas Secretarias, 12 milhões você não paga a conta?

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Não. Se fechar no início do ano, não. Por isso vamos depender de suplementações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, vamos corrigir já. Isso aqui não é para ficar fazendo reparos, pelo menos o custeio temos que manter. É difícil entender que o

Executivo mande de 18 para 12 milhões.

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Não, o custeio até paga, Vereador, porque estamos falando de custeio de 8,4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas com quatro milhões o senhor vai fazer o quê?

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quando o senhor tem 18 milhões em 2011 ou está sobrando dinheiro ou está faltando. Então, como em 2011 estamos com 18 estou arredondando o número, era 18,079 para 12,118, vocês estão perdendo 33%. Essa Secretaria já não tem orçamento, se perder 33% será uma verdadeira agressão.

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – É muito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Fica o compromisso público, com todo o respeito ao Sr. Secretário do Planejamento, o Legislativo vai reparar algumas coisas que temos de fazer. Algo mais, Sr. Secretário?

O SR. MARCOS BELIZÁRIO – Não, quero só acrescentar que uma das grandes ações que promovemos são campanhas para acessibilidade e ficou também através da Secretaria e Comunicação a contemplação de um valor bastante significativo, possivelmente em torno de 15 milhões de reais, que é a campanha publicitária para o projeto do senso inclusão.

Além da campanha do senso trata-se de uma campanha atitudinal na cidade de São Paulo com relação às pessoas com deficiência, envolvendo toda a sociedade. E são valores que não estão dentro do nosso orçamento, assim como também o Programa Municipal da Saúde, da Ecoterapia e capacitação de servidores de cargo da Secretaria de Planejamento promovido por nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou suspender por um minuto para nos despedirmos do Secretário. De plano já convido o Secretário Bucalem, da Secretaria de Desenvolvimento Humano, para que ocupe a mesa juntamente com a sua assessoria para que possamos dar início. Encerrada a audiência da Secretaria Municipal de Mobilidade Reduzida.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo de imediato a palavra ao Secretário Bucalem para que possa fazer explanação, breve relato de sua pasta para que, em seguida, possamos entrar nas questões. Iniciaremos o debate após o encerramento de sua explanação. Os assessores são Hilderson e França, do Fundo.

O SR. SECRETÁRIO (Miguel Luiz Bucalem) – Inicialmente cumprimento a todos e ao Vereador Milton Leite. Agradeço a oportunidade de aqui estar. Estou acompanhado do Secretário Adjunto Domingos Pires, pelo Antonio Carlos, chefe de gabinete da São Paulo Urbanismo e pela Lais Landi que é assessora da Secretaria.

Farei um muito breve relato das atividades da Secretaria para dar oportunidade maior às discussões a Secretaria de Desenvolvimento Urbano tem como atribuição geral o planejamento e desenvolvimento urbano. Isso inclui principalmente o planejamento e desenvolvimento voltados para o médio e para o longo prazo. Ela conta, a partir do ano passado, com a colaboração da São Paulo Urbanismo, como uma empresa quer dar suporte às ações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Nesse contexto, então, temos que uma das atribuições é o acompanhamento da legislação urbanística; a outra é propor projetos de intervenção urbana na Cidade, de acordo sempre com as orientações do Plano Diretor Estratégico. Nesse contexto, poderia só resumir os principais projetos que a Secretaria vem desenvolvendo: um deles é o projeto da concessão urbanística da Nova Luz; depois, temos em estudo três propostas de novas operações urbanas: a Lapa / Brás, a Mooca / Vila Carioca e a Rio Verde / Jacu, de forma a dar provimento aos conteúdos previstos já no Plano Diretor.

Estamos também executando, desenvolvendo o Plano de Macrodrenagem do Município, de longo prazo, é um contrato em andamento.

Temos também um esforço que é um plano estratégico para o Município, aí num horizonte de três décadas, que está sendo feito com o apoio da universidade e, obviamente, com uma forte interação com a sociedade civil, como tivemos oportunidade de estar nesta Casa, na semana passada, falando desse projeto.

A São Paulo Urbanismo, como sucessora da Emurb, tem como sua atribuição formal a obrigação de fazer a gestão das operações urbanas em andamento. Vários dos projetos que estão sendo desenvolvidos hoje, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, contam com o apoio da São Paulo Urbanismo. Então, temos, nas várias escalas, na escala das operações urbanas e na escala também de projetos urbanos.

Temos também a atribuição de fazer o acompanhamento e a produção de informações no Município, informações estatísticas, informações que são coordenados pelo Departamento de Informações da Secretaria

De forma, Vereador, bastante resumida, essas são as atribuições, no grande quadro de atuação da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Queria que o França falasse um pouco, rapidamente, sobre o Fundo, para que conduzíssemos as perguntas a ambos e, pelo que entendi, V.Sa. vai respondendo pelo Fundo e, quando houver necessidade, lança mão do França para a questão do Fundo.

Por favor, França.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA - Primeiramente, bom dia, bom dia, Sr. Vereador.

Se o senhor me permite, gostaria de dizer que ainda não sou o gestor do Fundo, sou o Secretário Executivo. O Fundo é gerido por um Conselho Intersecretarial, formado por algumas Secretarias, quais sejam, Sempla, Finanças, Verde e Meio Ambiente, Habitação,

Siurb, Secretaria do Governo, Coordenação de Subprefeituras, Transportes e Cultura.

Esse Conselho Gestor tem um Presidente que é o Sr. Secretário Miguel Bucalem, presente à Mesa, que me designou como Secretário Executivo.

O Fundo, como o próprio nome diz, Fundo de Desenvolvimento Urbano, nos leva a alguns projetos, à luz da filosofia que o Secretário acabou de descrever, e a projetos executados em seis diferentes Secretarias.

Por exemplo, na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, os recursos do fundo são utilizados para executar projetos de recapeamento de vias, pavimentação de vias e reforma de calçadas. Na Secretaria de Habitação os recursos do fundo são utilizados para executar os projetos de regularização fundiária em assentamentos, o Ressolo, como Projeto Morado do Sol, Sítio da Formigas, Jardim Palmares, Vila Hosana, Projeto Loteamento Santa Casa, Jardim Arantes, Vila Mirante, Jardim Vista Alegre e outros, e projetos de mananciais, Cidade Julia, Pabreu e Prainha. Na Secretaria de Transportes os recursos do Fundurb são utilizados para executar os projetos de implantação e equipamentos de sinalizações da cidade, como a substituição de controladores eletromecânicos, que são os semáforos, por controladores eletrônicos e a implantação de equipamentos e corredores em terminais e adequações geométricas nas intervenções pontuais dos corredores e implantação de abrigos de ônibus. Na Secretaria de Infraestrutura Urbana, Siurb, os recursos do Fundurb são utilizados para os projetos de obras de saneamento e drenagem da cidade, como, por exemplo, os projetos de melhoria e saneamento no Córrego do Cortume do Tibortino, Córrego do Ipiranga, a canalização do Córrego Inhumas, Córrego Biquinhas, Novo Mundo, na drenagem da Rua Lomas Valentina, no Córrego Mirassol e canalização do Córrego Poli, da Avenida Eusébio Stevaux, Córrego Tremembé, Córrego da Avenida Alexandre Mackenzie, Córrego Itaquera Mirim, Córrego Água Podre, entre outros. Na Secretaria Municipal de Cultura os recursos do Fundurb são utilizados para executar projetos de recuperação de patrimônio histórico e cultural da cidade, quais sejam, o Projeto Praça das Artes e Vila Itororó. Além da

reconstrução, reforma e ampliação de equipamentos de centros culturais, como a Biblioteca Mário de Andrade, restauração do Solar da Marquesa e restauração em imóveis históricos e reforma de museus, como a restauração da Chácara Lênin, restauração do Edifício Sampaio Moreira, restauração do Edifício Ramos de Azevedo. Finalmente, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que é a sexta pasta, os recursos Fundurb são utilizados para a execução dos projetos de implantação de parques lineares, quais sejam, Parque Linear do Rio Verde, Parque Linear do Oratório, ainda em andamento, Parque Linear Guaratiba, Parque Linear da Invernada, Parque Linear Córrego do Bispo, Parque Linear M'Boi Mirim, Jardim Prainha, além de intervenções na Avenida Atlântica.

Isso posto, terminei sucintamente a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, vamos começar, Secretário, iniciar os nossos dados. Na Administração da Secretaria o senhor tem 19 bilhões. É isso? Na Secretaria, para administração, na fonte 25.71, o senhor tem 19 bilhões.

O SR. SECRETÁRIO – O senhor está falando da proposta?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na proposta orçamentária.

O SR. SECRETÁRIO – Isso. Temos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - No projeto de lei que o senhor mandou, que o Governo mandou aqui para a Câmara. Na 25.71, não é isso? O senhor tem 19 milhões.

O SR. SECRETÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Essa rubrica está meio fechada. Como o senhor gasta esse dinheiro? Pessoal, quanto? Como é esse dinheiro, porque tem 19,079 bilhões de reais.

O SR. SECRETÁRIO – Nós temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A proposta para 2012.

O SR. SECRETÁRIO – A proposta para 2012.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está proposto 19, o senhor tinha orçado em

2011, 17. Teve um pequeno acréscimo de 8%.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA - Isso.

P – Como estão sendo gastos os recursos, Secretário?

R – Grande parte dele é em vencimentos, em vantagens fixas do Pessoal da Secretaria.

P – Qual o quadro de Pessoal da Secretaria? Considerando que é uma Secretaria nova. Quantos funcionários o senhor tem?

R – Em torno de cento... Não chega a 200.

P – Quanto é a folha de pagamento, só o Pessoal?

R – Olha, o ano passado, o total foram 11 milhões para o ano todo.

P – Quantos são os funcionários, o senhor não tem? De livre provimento, quantos o senhor tem para o senhor consumir esses recursos?

R – Olha, eu acho que 2/3 são...

P – Quantos comissionados, de livre provimento?

R – Não tenho esse número de cabeça, mas posso pedir para verificar.

P – Então, o senhor depois envia a esta Casa um resumo, uma planilha detalhada.

R – Pois não.

P – Nós estamos preocupados aqui, Secretário, com os recursos da fonte 00, com a operação que o Governo tem feito na fonte 00. Na fonte 00, na 2571, aparece 19 e não foi aberto nem dado esclarecimento de como o senhor está gastando o dinheiro. Mas vamos prosseguir, Secretário. Do caso, o senhor fica de nos enviar, por escrito. É a Laís que vai enviar depois os dados para nós?

R – Em detalhes.

P – Está bom. O senhor tem na Secretaria uma proposta para estudos e projetos. Explica para nós, como estão gastando, por que 4 milhões propostos para 2012, se em 2010 o senhor tem 10 milhões, e agora foi reduzido? O senhor tinha empenhado 6,2 milhões até

outubro. Isso é na 2552.

R – É, foram enviados 4 milhões... Deixa eu ver...

P – O senhor perdeu aqui 60%!

R – Ele tem aqui... Estou localizando, Vereador, só um minutinho.

P – Fique à vontade, Secretário. (Pausa) Enquanto isso, eu vou molhar a garganta, porque ontem aquele Atlético Mineiro quase me enfarta, eu sou cardíaco. (Pausa)

R – Esse na verdade é o contrato... São duas atividades no projeto: uma é a execução do contrato SP-2040, que é um plano de longo prazo, é estratégico para a Secretaria, nós estamos desenvolvendo. Quando a Secretaria foi criada em 2009, ela ganhou como atribuição desenvolver planos de médio e longo prazo. A ideia é desenvolver junto com a sociedade civil, mas temos o apoio da universidade por meio de um contrato...

P – Quando o senhor fala em apoio, o senhor tem contrato não licitado, é uma despesa de licitação? E na universidade foi feita licitação?

R – É, foi dentro da previsão que há para a contratação de apoio e fundação.

P – Sim, e o senhor dispõe de quantos funcionários, no que efetivamente foram gastos os 6 milhões? O senhor gastou até agora 6,241 milhões.

R – Foi em duas coisas, uma é esse contrato e a outra é São Paulo Urbanismo, como ela desenvolve projetos para nós, nós então remuneramos os serviços da São Paulo Urbanismo, principalmente a elaboração de estudos para as novas operações urbanas, é isso que tem efetivamente drenado os esforços de corpo técnico significativo da São Paulo Urbanismo.

P – E a redução que o senhor está prevendo aqui...

R – É que o contrato...

P – Estou entendendo que o senhor está concluindo alguma etapa porque o senhor está gastando 60% a menos.

R – Isso. Por exemplo, esse contrato de apoio da universidade encerra em janeiro.

P – E o senhor não vai mais planeja, não lançará mais mão da universidade para fazer planejamento de longo prazo?

R – Esse contrato, em particular, se encerra e entendemos que no próximo ano não temos planos de contar com o apoio deles para continuar porque está dentro do planejado, o serviço em um ano.

P – Os trabalhos estão concluídos em janeiro?

R – Sim.

P – O que a universidade fez que gastou 6 milhões?

R – O contrato não foi de 6 milhões, foi por volta de 2,9 milhões.

P – O resto o senhor passou para a São Paulo Urbanismo?

R – Para São Paulo Urbanismo. Temos um valor empenhado da São Paulo Urbanismo de sete... O contrato não... O contrato com o FUSP são 2,979 milhões. Esse é o valor total do contrato.

P – O que eles, a universidade, executaram especificamente com o dinheiro?

R – Dentro desse contrato são várias atividades. Uma delas é a questão do desenvolvimento do próprio plano. Então, temos cinco eixos: mobilidade, acessibilidade, desenvolvimento urbano sustentável, melhoria ambiental, oportunidade de negócios e coesão social. Tem toda uma questão de diagnóstico, de aprofundamento técnico das questões e tem uma parte para a universidade auxiliar no processo de participação. É fazer uma estratégia estruturada para promover a participação. No primeiro semestre foram feitas, por meio de técnica desenvolvida internamente, mas que é consagrada de consulta aos especialistas; e agora estamos fazendo participação por meio do site na Internet, com consulta pública, *on line*, temos fórum aberto, a execução de oficinas públicas nas subprefeituras, que também dão apoio. Temos também *work shops* que foram realizados, com a participação de especialistas internacionais, temos mais dois previstos para novembro. Temos também a previsão de apoio a uma divulgação mais aberta, temos postos volantes nas estações do metrô, nos CEUs nos

finais de semana e também em parques. Há então dois focos: apoio ao desenvolvimento do plano e apoio e estruturação da participação da sociedade civil.

P – O senhor tem uma rubrica para 2012, não é muito dinheiro, na 1245, Desenvolvimento Operação Urbana Rio Verde Jacu. Em 2011, havia um milhão de reais, o senhor gastou até agora só 240, até outubro. E o senhor está pedindo mais um milhão para 2012. Se é operação urbana, não houve entrada de recursos, o senhor está gastando... Eu queria que o senhor explicasse. O senhor pediu um milhão e gastou 240 mil. Lá atrás o senhor disse que utilizava os recursos da universidade, os 4 milhões e o quadro de Pessoal, dentro dos 19, para fazer justamente esses estudos. Se o senhor utiliza os recursos de lá, como o senhor está utilizando de novo a operação urbana, como que é gasto esse dinheiro?

R – Vereador, é bom porque tenho oportunidade de explicar. Temos três novas operações urbanas que eu mencionei, que são: Lapa e Brás; Mooca e Vila Carioca; e Rio Verde Jacu, que estão em desenvolvimento os estudos necessários para que um dia venha para esta Casa.

P – Eu entendi. Por enquanto, necessita de fonte 00, o senhor mencionou as operações.

R – Então, Vereador, a operação Lapa Brás e da Mooca Vila Carioca, nós temos outra que...

P – Eu não vi a rubrica. (Pausa) É a 9130 – Desenvolvimento de Estudos Urbanísticos no Entorno da Rede dos Trilhos. É uma operação urbana, e o senhor registrou na 9130 e eu ia perguntar dela. Aproveito para complementar, na 9130 o senhor colocou: Desenvolvimento de Estudos Urbanísticos, não é operação urbana, no Entorno da Rede de Trilhos. O senhor então remeteu de forma equivocada?

R – Não, não acho equivocada porque não tem ainda operação urbana. O que estamos fazendo...

P – Por que na 1245 o senhor chamou de Operação Urbana?

R – É que nós temos o Plano de Metas e nele está especificado Operação Urbana Rio Verde Jacu e é por isso que temos uma rubrica específica: Desenvolvimento da Operação Urbana Rio Verde - Jacu. Acontece que quando a Secretaria foi formada em 2009, entendemos que havia necessidade de atuar na questão de estudos urbanísticos que levem às intervenções, como no caso das operações urbanas, para atuar sobre a dinâmica de deslocamento na cidade, ou seja, temos reconhecido hoje pelo Plano Diretor áreas que têm infraestrutura e não estão utilizadas em sua plenitude ou do ponto de vista de uso que gerem atividade econômica, e principalmente do ponto de vista da moradia. Uma parte importante das áreas de oportunidade são as áreas no entorno da rede de trilhos.

P – Secretário, o senhor falou de três operações urbanas, retomando. São a Jacu, a Lapa – que trilho; e Mooca Vila Carioca, também trilhos. Onde está essa última?

R – Também na rubrica 9130.

P – Estão duas aqui, rede de trilhos, aqui estão as duas?

R – Isso.

P – Em que fase estão os estudos porque o senhor pediu 1 milhão para 2011, executou 481 mil, achei baixa execução orçamentária considerando, e eu não vou dizer que é ineficiência orçamentária, mas de uma fonte 00 de 1 milhão, o senhor executou 481 mil; e o senhor está pedindo 17 milhões na fonte 00 para esse recurso, ou seja, são 1.630% de acréscimo para as duas operações urbanas. Queria que o senhor esclarecesse, em que etapa estamos nessas três e em que fase estão e por que 17 milhões para as operações urbanas? Por que eu pergunto isso? Porque o senhor é um homem que pensa no futuro, as operações urbanas, a cidade de São Paulo tem dificuldade de recurso 00. Se verificar a GCM está pedindo aumento, outro pede dinheiro. A operação urbana é fonte de financiamento em que nós temos recursos. O senhor, como responsável pelo planejamento, nós não deveríamos estruturar os negócios, e buscarmos recursos de financiamento da própria operação urbana ao estar utilizando a fonte 00, Secretário? O senhor que pensa a cidade, não seria razoável que a

cidade de São Paulo estruturasse negócios baseados na operação urbana, em cima de projetos e contratos para a não utilização da fonte 00? Porque gastar o 00 é simples, mas é a nossa preocupação. Gostaria que o senhor falasse disso. Vamos adiantar esse debate porque tenho sido cobrado. Quando chego aqui, Secretário, eu recebo de fora cem perguntas sobre a pasta do senhor, todos querem saber onde o senhor está gastando o dinheiro. Me mandam e-mail, me cobram porque é a pasta que planeja. Então, 17 milhões, não é muito, mas para planejar, pensar naquilo que pode ser sacado em operação estruturada, de negócio futuro que não utilize o 00, pois ele é limitado, eu gostaria que o senhor falasse disso. E também das três operações urbanas, em que fase estão e se não há alternativa dentro do seu planejamento estratégico de longo prazo. O senhor disse que contratou a USP para fazer isso, o senhor gasta 19 milhões com material humano. Quero entender como está composto, por que estamos gastando mais dinheiro da fonte 00? Estão sendo gastos 19 mais 17... Entendemos que é muito dinheiro. E também qual o prazo que o senhor pretende encerrar? Vai encerrar neste Governo ou vão ficar estudos para o novo Governo? Pergunto por que temos o seguinte medo: é fim de Governo, o senhor está pedindo 17 para estudar e aí chega o novo Governo e diz que não é prioridade de médio e curto prazo, lá se vão 17 milhões de reais embora e mais 19 milhões para a Secretaria fim. Estou externando a preocupação da Casa e da sociedade que me cobra muito a respeito disso. Da sua pasta, especificamente, ela foi mirada pela sociedade como das que eu mais recebi cobrança porque não sabem para aonde vai o dinheiro. Aqui o senhor tem a possibilidade de explicar publicamente, para ficar registrado, porque ao final do dia vou fazer balanço e mandar para o senhor o que estamos recebendo pela Internet, o que estamos tomando de “paulada” cobrando esse dinheiro. O senhor tem uma pasta rica, segundo os que nos cobram e a cobrança é minha também. Então, por favor, Secretário.

R – Vereador, agradeço as suas palavras porque nos dá oportunidade de falar sobre a estratégia, principalmente sobre essas operações urbanas que nós efetivamente entendemos que podem ter efeito benéfico para a cidade. O primeiro detalhe é que chamamos

de operação urbana, mas é só um desejo porque se tornarão operação urbana de verdade na medida em que...

P – Vamos falar de cada uma... Se eu falar: desejo... E é para que fique claro no debate. Na Operação Urbana, 1251, Jacu, qual o planejamento estratégico para ela e um cronograma. Assim vamos uma por uma. Na Rio Verde Jacu, como está o planejamento estratégico e o físico financeiro? Vamos uma a uma.

R – Não há problema, Vereador, mas quero prestar um esclarecimento porque quando a Secretaria se iniciou em 2009, para dar uma visão geral, nós temos algumas operações urbanas que têm lei e estão em andamento, geram recursos orçamentários, efetivamente concretizam a ideia de minimizar o que o poder público precisa despende para fazer as transformações estruturais na cidade, que geram valor para a cidade, e temos previstas no Plano Diretor um número outro de operações urbanas. Dentre as previstas selecionamos para estudar algumas que, no nosso entender, têm maior potencial de efetivamente, além de se tornar legislação, reverter os grandes desequilíbrios que a cidade têm hoje.

Então, essas foram as três mencionadas e em um primeiro momento. Só para dar uma ideia de cronograma, a Secretaria foi criada. Constituímos um grupo de trabalho. Naquela oportunidade, ainda, a Emurb não fazia parte da Secretaria. Envovemos técnicos da Emurb, da Secretaria para, então, a partir das áreas que estavam delimitadas no Plano Diretor, transformar essas áreas em diretrizes de intervenção. De janeiro de 2009 até maio de 2010, houve a divulgação das diretrizes para essas operações urbanas. Houve um grande esforço e quadros internos da Secretaria e da antiga Emurb. Foram estabelecidas diretrizes e colocou-se em discussão.

Paralelamente, a partir dessa divulgação, temos trabalhado. Para termos uma ideia, a Lapa/Brás, estamos falando em 2600 hectares aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, só me permite interromper. O

senhor tem de entender o seguinte: isso vai para o Diário Oficial, fica na internet. Então, é tempo de o senhor falar e esclarecer para a sociedade de maneira sucinta, para que ela possa entender.

Então, vou tentar esclarecer. Em números, desde que o senhor chegou, quantas operações urbanas já estavam implementadas, das quais o senhor deu procedimento. E dentro de seu planejamento estratégico, dentro do orbital daquelas preconizadas pelo Plano Diretor de 2003, quantas dessas o senhor pretende iniciar e concluir em sua gestão e quais os resultados propostos.

O senhor gosta de falar sobre planejamento e essa é uma oportunidade para debater a respeito. Então, em seu planejamento estratégico, desde que o senhor chegou à Secretaria, quantas o senhor vai iniciar e quantas o senhor vai concluir, de maneira que fique bem claro onde vamos gastar os recursos e o que a Cidade terá de resultado na Secretaria no período findo em 31 de dezembro de 2012, essa gestão.

O senhor disse que queria falar de maneira geral. Concordei e estou abrindo para o senhor me dizer o seguinte: de maneira geral, em quantas o senhor já tinha conclusos os trabalhos e quantas serão iniciadas dentro dos orbitais, das regiões prováveis, preconizadas pelo Plano Diretor Estratégico. Ainda assim, quero saber em quantas o senhor vai iniciar o planejamento e quando vai implementar efetivamente? Depois, vou discutir uma a uma. Agora, vamos falar do geral e depois uma a uma e o custo de cada uma. É por esse motivo que quero saber quanto custa a Operação Urbana para ser feita e o que o senhor planejou estrategicamente. Enfim, queremos saber como serão feitas essas operações urbanas, uma a uma e no geral.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA – Então, queria chegar para concluir naquela questão anterior.

Essas três operações urbanas Lapa/Brás, Mooca/Vila Carioca, Rio Verde/Jacu, apesar de serem três são tratadas de forma articulada, porque enfrentam, prioritariamente, o

principal problema que é o desequilíbrio entre localização de emprego e moradia na Cidade e o uso de áreas que têm infraestrutura abaixo de seu potencial.

Depois que foram divulgados, em maio de 2009, os planos para essas três operações urbanas, continuamos, de um lado, aprofundando os estudos das diretrizes, com o pessoal interno da Secretaria e da São Paulo Urbanismo e, por outro lado, existe necessidade de estudos para contratações. Então, continuamos aprofundando as diretrizes internamente e abrimos uma licitação conjunta dessas três operações urbanas. Então, a Lapa/Brás é um lote dessa licitação; a Mooca/Vila Carioca é outro lote e a Rio Verde/Jacu é o terceiro lote.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, já que o senhor falou sobre essas três, vamos falar em P0, o ponto de partida nela, ou ponto inicial.

Do ponto inicial das três operações urbanas, o senhor deve ter, evidentemente, um físico financeiro para cada uma. Em uma operação urbana, iniciei hoje. Então, quero saber o físico financeiro dela, início, meio e fim e em que fase está; quanto vou gastar; quanto a Cidade vai investir nessas operações urbanas. Para cada uma, o senhor tem um planejamento. É isso que quero saber. Estamos discutindo, aqui, o planejamento. Hoje, estamos discutindo a pasta do senhor; o quanto o senhor gastará em cada operação urbana – início, meio e fim e o físico financeiro de desenvolvimento dessa operação urbana. O quanto gastarei do dinheiro público para cada operação urbana.

Minha pergunta é simples: o início da operação urbana. Por exemplo, da operação da Jacu: o início foi tanto; estou a 40% e vou concluir em que ano. É isso, Sr. Secretário, é o físico financeiro. E qual o custo aportado para cada operação, previsto na inicial.

É isso que queremos saber: o quanto custará para a Cidade.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA – Vereador, como o senhor conhece muito bem, não se poderá arrecadar nada, ou seja, não se tem fluxo algum de entrada de operação urbana enquanto não houver lei. Então, vamos dizer, temos todo um esforço para fazer o desenvolvimento dos conteúdos que darão suporte à lei, incluindo, por exemplo, estudo

de impacto ambiental; estudo econômico-financeiro, que é o que a operação urbana pode dar de retorno para a Cidade; os estudos urbanísticos, e isso tem sido feito. Primeiro, só há investimento. Agora, se olharmos o potencial de arrecadação que as operações urbanas têm, pelo próprio resultado da Operação Urbana Água Espreada/Faria Lima, enfim o potencial de arrecadação da operação urbana para o Município é muito grande. Por esse motivo, o investimento é para dar todos os subsídios de lei, de forma que tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, permita-me interromper. Gostaria que o senhor fosse mais sucinto, bem claro.

Não estou discutindo a operação urbana. Não estou discutindo se o senhor está gastando pouco ou muito. Estou discutindo quanto e qual a estratégia. É só isso.

O senhor vai iniciar a operação urbana? Em que período o senhor inicia e qual o planejamento. Por exemplo, estudos ambientais: tanto. Enfim, é o físico financeiro.

Não consigo transmitir de outra forma. Fui duramente cobrado, por alguns secretários, pelo fato de não ser bem sucinto.

Na Câmara, deve estar todo mundo..., a Assessoria, gravando, os internautas me cobrando e a minha caixa de *e-mails* entupida, então, para saber aonde vai esse dinheiro.

Estou perguntando para o senhor claramente: " Quanto custa cada operação urbana que o senhor mencionou?" Só isso. Qual é o planejamento, qual o físico-financeiro? Não estou discutindo a operação urbana, se ela é rentável ou não. O senhor está implementando, estou supondo que sim, senão o senhor não iria nem, nas discussões internas com sua equipe, botá-las no papel.

Quero saber quanto custa a operação urbana, que o senhor está gastando aqui, em duas, 17 milhões, o senhor está pedindo para a Cidade.

Sei que, quando entrar o recurso, houver a lei, houver aporte - e aí a minha pergunta, naquele momento, se não seria uma operação urbana estruturada, essas duas em que o senhor está pedindo 17 milhões, se não seria estruturar só um, o estudo ou a operação

de risco, no futuro, para o futuro, porque o senhor está pedindo 17 milhões da Fonte 00, daquilo que é rentável em algum momento para o Município. As operações urbanas são rentáveis. Participei do Plano Diretor, votei e ajudei a elaborar essas operações urbanas todas. Aliás, cito a Santo Amaro, que vocês não tiraram do papel e entendo como uma das mais rentáveis para a Cidade e a região da Avenida Santo Amaro totalmente degradada e não consta do planejamento estratégico. Fica registrada minha reclamação à sua Secretaria.

Se o senhor olhar a Operação Urbana Santo Amaro, eu diria que, da cidade São Paulo, acho que comparável com Faria Lima e com Águas Espraiadas e com a expansão de área física - que acho que a mais privilegiada é a Águas Espraiadas.

Fui eu, Secretário, que delimiti nesta Casa, a expansão de Águas Espraiadas, na minha mesa, os limites físicos. Então, sei muito claramente. Não é isso o que estou discutindo. No dia 12, iremos discutir a operação urbana, o teor dela, o conteúdo dela.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA – Então, Vereador, estamos num processo de licitação que está em andamento. Temos, então, na hora em que organizamos a licitação, tivemos muito cuidado para garantir, é o grande objetivo, como o senhor mesmo colocou, para podermos terminar o trabalho nesta gestão.

Assim, depois que o serviço for contratado, dura aproximadamente sete meses o desenvolvimento dos trabalhos, que são: Estudo de Impacto Ambiental - os trabalhos estão sendo contratados, é que estão aqui, por exemplo, Lapa / Brás / Mooca / Vila Carioca, 17 milhões, mais alguma coisa que está já reservada este ano, de forma que possamos, com esses sete meses, criar os subsídios para propor a legislação no ano que vem. Esse é o objetivo e, na hora em que organizamos o trabalho, identificamos tudo o que poderia ser desenvolvido no âmbito da Secretaria e da São Paulo Urbanismo. Estamos desenvolvendo e estamos contratando apenas aqueles elementos que são necessários como contribuição externa. São, basicamente, o aprofundamento dos estudos econômico-financeiros, projetos urbanos de algumas áreas estratégicas em nome da operação urbana, que entendemos que

tenha a contribuição e o Estudo de Impacto Ambiental. As diretrizes de plano de trabalho estão sendo feitas internamente na Secretaria e um elemento muito fundamental relacionado à implementação da operação urbana é o que fazemos, o estudo e capacidade de suporte, ou seja, o que prevemos de intensificação de uso e de intensificação de novos moradores, mais densidade, tem de estar compatível com a infraestrutura. Então, é dessa maneira que está estruturada. Estamos em licitação. Após contratados, os estudos são de aproximadamente sete meses, incluindo aí o Estudo de Impacto Ambiental e toda a parte de plano urbanístico. Estudos que podem ser feitos internamente estão sendo feitos em paralelo e isso conta com toda uma coordenação do que vai ser feito por meio da contratação e o que está sendo feito internamente. O grande objetivo é que possamos propor a legislação no ano que vem. Essa é toda a prioridade que tem sido dada.

Agora, estamos com uma licitação em curso e ela pode demorar mais ou menos, dependendo dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sou um especialista em Lei 8.666, Secretário.

O SR. IDELSON DE OLIVEIRA FRANÇA – Isso.

P – Tenham bastante ciência disso, por mais que o senhor nos diga.

R – Estou falando para também ajudar a esclarecer.

P – Entendi, Secretário, mas continuei sem saber quanto custa a operação urbana, o estudo, tudo o que o senhor falou, o impacto ambiental, o EIA-Rima, tudo o que o senhor vai fazer, não sei quanto custa. O senhor disse sete meses, o senhor falou o físico, sete meses para concluir o estudo, é isso?

R – O valor da licitação...

P – Não, da operação como um todo.

R – Isso.

P – Quando o senhor a iniciou, o senhor disse: "Vou licitar". Então, o senhor fez

planejamento?

R – Fiz.

P – Jacu, vou iniciá-la num período e vou concluí-la em tal período.

É o que imagino. Quando vou fazer isso na minha empresa, vou iniciar uma obra, falo: "Para comprar, compro o terreno por tanto; tenho aprovação de projeto, licenças ambientais". É a mesma coisa que o senhor faz: licenças ambientais, instalação de canteiro, execução, conclusão, divulgação, publicidade, vendas e apuro o resultado.

O lucro aí seria o quanto a Cidade ganharia, teria de receitas. É isso o que não sei agora, o quanto. Primeiro, a receita o senhor não pode saber, mas quanto custa a operação urbana, o estudo, só isso.

R – Então, acho que eu disse. Vamos dizer, as três operações urbanas - Rio Verde / Jacu, Lapa / Brás e Mooca / Vila Carioca - o valor da licitação é da ordem de 30 milhões.

P – Ou seja, dez, em média, cada um.

R – Dez, em média, cada um.

P – Mais o custo interno?

R – Mais o custo interno.

P – Aí estou concluindo que o senhor manda o projeto de lei para cá.

R – É isso.

P – Se o senhor dissesse isso, que, depois de sete meses, custa isso. Então, estamos concluindo.

Vamos prosseguir, Secretário. Era tão simples.

O senhor tem uma rubrica aqui, Polo de Feiras e Exposições, Fonte 00. Em 2011, o senhor pediu 95 milhões e gastou, até agora, 3,709 milhões, em outubro de 2011.

O senhor continua pedindo, na Fonte 00, mais 90 milhões para 2012. Como é que está isso o Polo de Feiras e Exposições?

R – O Polo de Feiras e Exposições da área de Pirituba é um projeto bastante

abrangente, que não envolve só a minha Secretaria, que envolve várias Secretarias. A nossa parte é, obviamente, a parte de planejamento urbano e desenvolvimento urbano para aquela região. Lógico que a Prefeitura que encaminhou, mas nós fizemos a gestação do projeto de lei para, então, o uso e ocupação do solo dessa área e, em nosso entendimento, é uma forma, na verdade, de implementar um plano estratégico previsto no Plano Diretor para dinamização daquela área. Então, isso é uma iniciativa da Secretaria.

Agora, ...

P – O senhor pretende gastar esse dinheiro aqui?

R – Vou chegar lá.

P – Está bem, Secretário. É um dinheirinho gordo esse, hem?

R – É, e o que está locado aqui, então, fizemos um estudo junto com a Secretaria de Planejamento, esses recursos seriam destinados à aquisição da área. Obviamente, a aquisição da área não vai ser feita... Vai ser paga toda em um ano, essa foi uma estimativa...

P – 90 milhões para comprar a área, não, não é?

R – Quê?

P – São 90 milhões para gastar com a aquisição da área?

R – É, vamos dizer, essa é uma parte da aquisição da área. É uma área bastante extensa.

P – Quantos hectares?

R – A área toda é de 5 milhões de metros quadrados. Muito dessa área é área de preservação e, portanto, não vai ser, obviamente, objeto da intervenção, mas temos cerca de 2 milhões de metros quadrados que seriam necessários para implantação e isso vai ser obtido por meio de desapropriação, não são terras públicas e o que se está prevendo aí é uma parte desses recursos.

P – Com 90 milhões, na Fonte, sempre insisto nisso, não seria melhor, desse recurso, fazer uma operação estruturada, tipo PPP ou qualquer outra coisa em que o Município

não aporte, não entre numa aventura de comprar mais 5 metros quadrados? Não sou contra, sou favorável ao projeto em si, mas, na Fonte 00, sair desapropriando uma área, gastando 90 milhões, a dúvida essa, Secretário.

R – Acho muito pertinente e realmente é dessa forma que o Município tem pensado, mas não é na minha Secretaria. O Secretário Marcos Cintra, de Desenvolvimento Econômico, está coordenando qual é o modelo de negócio para essa implantação e, certamente, vai haver, então, como é algo que pode ter retorno para o Município, isso vai ser apresentado, no momento oportuno, qual é o modelo.

O que se está prevendo aqui é que, dentro desse modelo, compete ao Município, do que está sendo estruturado, ter acesso às áreas do Polo de Eventos e é isso o que está previsto aqui. Mas, antes de isso ser efetuado, vai ser discutido o modelo de negócio como um todo...

P – Desculpa, Secretário, mas vamos sair enfiando 90 milhões num negócio que nem sei se... O senhor está dizendo se será bom ou não para o Município ou se a iniciativa privada poderá aportar esse recurso para a compra de área.

Não seria de melhor alvitre estruturarmos esse negócio, junto com o Marcos Cintra fazermos os estudos, gastamos uma quantia mais enxuta, antes de comprarmos a área? "Olha, primeiro vou comprar a área para, depois, o Marcos Cintra estruturar". Não é melhor dizer o seguinte: "Declara de utilidade pública por dois anos, pura e simplesmente, põe a DUP nessa área". Eu diria que há um planejamento que é o senhor que tem de fazê-lo, um planejamento para essa área. Uma DUP para dois anos. O senhor aí, o Marcos Cintra ou outro Secretário... É um projeto novo, pelo que estou vendo. Gastamos 90 milhões para comprar e, depois, vem outro governo e diz: "Olha, pensando bem, não era isso o que eu queria para aquilo lá, vou estruturar com uma PPP o negócio de Polo de Feiras e Exposições para uma área de 5 milhões, ainda que haja áreas verdes". A justificativa do projeto é plausível. A temeridade de se gastar 90 milhões, Secretário, é que me assusta, em um negócio que, pelo que o senhor

estava me falando, não está totalmente estruturado ainda.

R – Agora, Vereador, primeiro, a DUP já foi feita há algum tempo. Então, existe a DUP na área.

P – Isso eu não ouvi.

R – Depois, o que há aqui é uma previsão, um pedido de previsão orçamentária. Não quer dizer que a decisão... A decisão obviamente só vai ser tomada na medida em que o projeto estiver estruturado e esse é o processo de fazer. E, como bem o senhor disse, não é bom que não consigamos deixar as coisas cristalizadas e, de forma que, o esforço que foi feito de longa data - esse não é um projeto que nasceu hoje, ele está sendo estudado já faz tempo - , ele possa ser efetivamente com a garantia de continuidade e que tenha toda uma articulação. É por isso que se está pedindo aqui uma previsão orçamentária.

Obviamente, ...

P – Não, o senhor me desculpe, aqui é Orçamento mesmo.

R – Isso.

P – O senhor está pedindo 90 milhões para gastar.

R – Isso.

P – Tanto que o senhor, em 2011, pediu 95 milhões e o senhor gastou 3,709 milhões...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem, o senhor gastou 3.709.

R – Não gastamos.

P – Não gastaram nada até agora.

R – Não gastamos nada.

P – Então o empenhado é zero.

R – Não gastamos nada, porque fizemos a previsão, foi feita essa mesma previsão no ano passado. O projeto é complexo, está sendo estruturado e o fato de ter estado no

orçamento anterior, como a gente ainda não havia chegado num modelo completo de negócio, não foi então nada gasto.

P – Secretário, o senhor acabou de ouvir a Pasta do Deficiente Físico, que precisa de mais nove milhões para poder pagar os deficientes. O senhor pediu, no seu planejamento, 95 milhões em 2011 e não utilizou. O Município lhe concedeu e eu não cortei aqui, fui Relator do Orçamento.

Agora foi reduzido e o senhor não gastou nada até agora. Olhando a planilha, o senhor não gastou nada e o senhor vem pedir 90 milhões, não seria melhor sair uma rubrica de, por exemplo, cinco milhões e se os estudos forem conclusivos, estiver tudo certo, feita a avaliação da área, há uma decisão definitiva do planejamento, se é PPP ou não, se o negócio é estruturado ou não, para depois gastarmos esse dinheiro. Está faltando dinheiro no orçamento na fonte zero zero, essa é a minha preocupação.

Em todas as audiências os sindicalistas dizem que precisam de dinheiro para dar aumento. Só posso melhorar o salário em cima de recurso. Ouço dizer – não do senhor – que o Secretário de Planejamento, que também será ouvido junto com o senhor e com o Sr. Mauro Ricardo, que vou ter de ouvir umas três ou quatro vezes individualmente, e não porque gosto de ouvi-lo, mas porque a impressão que se tem do orçamento é que estão escondendo dinheiro, estou falando isso para concluir que esse dinheiro está escondido orçamentariamente. Acho pouco provável que se utilize esse valor.

Considerando que o senhor é um homem de Desenvolvimento e Planejamento, pediu 95 e não usou nada, me leva a crer que o senhor não vai utilizar os 90 milhões aqui se o negócio não está estruturado, se não há decisão ainda se será PPP ou o que será desse dinheiro. Com todo o respeito, orçamentariamente, a Câmara precisa desses 90 milhões e, inclusive, o senhor viu a manifestação do Clube Escola no jornal, – esporte para as crianças pobres em toda a periferia – parando, fazendo greve, ouviu o Serviço Funerário brigando por falta de dinheiro, ouviu os funcionários públicos clamando por aumento, então não posso

segurar, não tenho forças políticas para acompanhar 54 Srs. Vereadores e dizer que esses 90 milhões não foram utilizados em 2005. Aqui não há clareza do projeto que o senhor vai fazer.

Para pagar a área, se está desapropriada, há avaliação técnica ou não há, a decisão do Marcos Cintra de dizer se é estruturado ou não é isso, Secretário.

R – Vereador, só quero comentar que no ano passado não gastei recurso, especificamente, esses 95 milhões, porque estava previsto para desapropriação de áreas, mas como o senhor bem sabe, o projeto de lei que dá suporte à transformação dessa área, do ponto de vista de uso e ocupação do solo, foi feito pela Secretaria, logicamente, consultando outras, mas está encaminhado e em discussão nesta Casa.

Então se caminhou nesse trabalho, agora não podemos ignorar que é um projeto de envergadura, um projeto estratégico...

P – Qual o número do projeto de lei que o senhor está falando?

R – Acho que tem audiência pública amanhã.

- Manifestação fora do microfone.

R – E não podemos ignorar que essa área vai dar suporte também ao pleito, para São Paulo ser a sede da Expo 2020, que é estratégico para a Cidade. Ou seja, se a gente olhar do ponto de vista de como São Paulo vai se posicionar, como uma cidade em nível global de atração de turismo e negócios, que é uma vocação da cidade, e todos os estudos indicam que precisamos dar suporte a essa atividade de forma mais intensa, isso é algo estratégico para a cidade e, portanto, é algo que está dentro do planejamento, tem se dado prioridade e o fato disso não estar aqui, se não houver essa previsão vai inviabilizar que o projeto seja estruturado no ano que vem.

P – Secretário, o senhor está falando em desapropriação, ou seja, o que estou contestando é o seguinte: não há decisão ainda se o negócio vai ser estruturado assim ou assado.

R – Há decisão. A decisão é que as áreas devem ser da Prefeitura, a única que

pode desapropriar é a Prefeitura.

P – Entendi, Secretário. O que estou dizendo é o seguinte: nesse negócio de cinco milhões de metros quadrados que o senhor está falando, a Prefeitura vai comprar e pagar?

R – Isso. Comprar e pagar.

P – Vai comprar e pagar essa área. Pois é, esse é o famoso Piritubão.

R – Isso.

P – Vamos dar 90 milhões, depois esperar o negócio ser estruturado.

R – Não. Está sendo estruturado em paralelo, só vamos gastar esse dinheiro na medida em que se completar a estruturação do negócio.

P – Mas é o que estou discutindo, Vamos dizer ao Sr. Marcos Cintra: não seria melhor, na estruturação do negócio, a Prefeitura não vai implantar obras, não vai fazer nada. Ela vai ofertar a área?

R – Não. O que a Prefeitura quer é que depois de um determinado tempo, tenha um centro de eventos de qualidade. E para estruturar envolve obras de infraestrutura, viário, questões de manejo ambiental e a construção do próprio polo de eventos. Há toda uma estruturação complexa, que vem sendo trabalhada há tempo, já evoluiu bastante e está dentro da preocupação legítima da Câmara entender como isso está andando.

Mas de qualquer forma, é necessário para que, dentro do que foi imaginado, se possa concretizar a implantação desse polo, que a Prefeitura desapropriar a área e é isso que está sendo pedido no orçamento aqui.

P – Acho, Secretário, que não vamos pagar cinco milhões de metros quadrados com 90 milhões...

R – Não são cinco milhões. Primeiro, o que está aqui, não se imagina que vá se pagar toda a desapropriação em um ano. O que está aqui é o que foi pensado para o ano que vem. E dentro desse contexto, também falei que cinco milhões é a área total que foi declarada de utilidade pública, mas há muitas áreas que são de preservação e, portanto, não há

necessidade de serem desapropriadas.

Áreas que podem ser desapropriadas, é então um número menor...

P – Qual o custo total da área para o polo, para a Cidade? O senhor está dizendo que não é tudo.

R – Não é tudo.

P – Qual o custo total da área?

R – Olha, isso aqui é o que foi então programado como possível para o ano que vem.

P – O cronograma do senhor prevê o que?

R – Acho que não vai concluir o pagamento disso em menos de três anos.

P – Eu sei, mas o senhor não tem uma DUP da área, então, quanto vou gastar para pagar essa área?

R – Isso vai ser determinado no processo de desapropriação.

P – A estimativa o senhor tem.

P - O senhor não vai entrar numa aventura.

R – Não, não vou entrar numa aventura.

P - O senhor tem uma estimativa de mercado, sobre quantos metros quadrados a Prefeitura vai pagar. Por que isso é importante? Amanhã, entrará num Congresso de Comissões o Piritubão. Lá, dizem que tem problemas ambientais, áreas contaminadas, as discussões são terríveis, e esta Casa não poderá votar às escuras. Se o orçamento era de 90 milhões e autoriza na lei mais esse dinheiro sem saber o que é, o quanto a área vai custar no total para o pólo. No planejamento da Prefeitura tem: 2 milhões, e o resto são parques ou áreas de preservação. Então, quantos milhões de metros quadrados serão desapropriados, efetivamente, e quanto está na estimativa inicial? O senhor tem de ter uma estimativa.

R – Vou ser conservador no seguinte sentido: o Departamento de Desapropriações não está na minha Secretaria, então, isso foi discutido entre os outros interlocutores do projeto

e, dentro da sua evolução, o que foi estimado como necessário para o ano que vem é o que está sendo pedido aqui. Acredito que possamos, depois, junto com a Secretaria que tem mais controle sobre as desapropriações, falar um pouco do global.

P – Mas o senhor é quem está coordenando o desenvolvimento e o planejamento dessa obra.

R – Estou.

P – Então, quanto o senhor prevê para pagar o pólo todo? Pelo que estou entendendo, o senhor vai pagar uma parcela no ano que vem.

R – É um projeto da Prefeitura. A minha contribuição aqui, diz respeito ao ponto de vista urbano e...

P – Não, Secretário, desculpe-me. O senhor falou que vai pagar 90 milhões em desapropriação. Se o senhor vai, seguramente, pagar as demais. Eu perguntei se é toda, e o senhor disse: “Não, é parte”. Se é parte, é parte de quanto?

R – É parte. Então, isso foi atribuído para o ano que vem. Eu gostaria de...

P – Tudo bem. E os outros anos? O senhor não faz planejamento por ano. Faz a longo prazo.

R – Eu não faço. Mas, como eu falei, o Departamento de Desapropriações não está na minha Secretaria. Eu queria dar essa informação quando eles conformassem isso conjuntamente.

P – Com o dinheiro que está aqui, quantos hectares o senhor vai pagar? Porque só está pedindo 90, uma parte.

R – Vamos pagar parte do todo com isso. Não é uma parte física correspondente aos 90 milhões. É uma parte do todo. É um processo de desapropriação que vai ser pago ao longo de um determinado...

P – Mas, Secretário, veja: não podemos chegar no Legislativo amanhã, quando, provavelmente, votaremos em primeira votação. A pergunta que estamos fazendo é a seguinte:

há 90 milhões para pagar uma área, e não sei quantos metros quadrados estamos pagando, não sei quanto a Cidade vai investir no total. Como o senhor quer que, amanhã, confortavelmente, eu defenda até mesmo o Governo? Sou o Relator do Orçamento e cabe a mim dizer o seguinte: esclareci com o Secretária que desses 90, pagarei 20 ou 30% da área. Agora, se eu disser isso, mas o Secretário vem aqui e diz que não sabe... eu também não sei. Então, como é que vamos votar isso, Secretário?

O senhor tem de entender o lado do Parlamentar. Não posso sair gastando 90 milhões sem saber para que e para onde vai e, ainda, se ele é parte de quanto na estimativa e no empenho, um recurso orçamentário por dois anos sucessivos, sem ter uma avaliação prévia da área. Quanto custa e quanto vou pagar por essa área que será desapropriada?

Secretário, estou falando isso porque o senhor tem de entender a Câmara como um todo. Estamos vendendo terrenos. Agora, iremos comprar terrenos e vamos aplicar 90 milhões em quê? É isso. Temos aqui 52 pedidos de venda de terrenos para creche numa ponta da linha. Digo isso para que entenda como um todo, não é dinheiro embutido nos 31% da educação.

Sr. Secretário, deixa que eu diga uma coisa: dificilmente, esse projeto passa amanhã, porque não tenho condições de defendê-lo amanhã. Na mesma perspectiva do senhor, se o senhor não sabe, como vou defender isso amanhã. Posso dizer que vamos pegar uma outra área e fazer uma permuta do Município, estudar um melhor negócio, talvez, uma PPP ou outra coisa, ou parte do negócio: ofertar o Autódromo de Interlagos para a iniciativa privada, que me dê essa área. Faço um planejamento de um terreno, coloco um pólo, ou faço uma troca com outras áreas, algumas utilizadas pelos clubes de futebol. Vamos fazer uma compensação para evitarmos esse gasto.

O que estou dizendo é o seguinte, Secretário: estamos gastando 90 milhões do povo e precisamos dizer-lhe onde vamos gastá-lo. E quanto é a conta.

É que o senhor está pedindo para orçar na sua Pasta. Eu tomo as pancadas.

Fui informado que o projeto de lei 470 entra em pauta amanhã. Tem Congresso de Comissões. Sou o Relator do Orçamento. Não é o senhor que vem aqui para defendê-lo. Para o Vereador, é difícil.

R – Vereador Milton Leite, o projeto que está tramitando aqui é de uso e ocupação do solo, de como a área pode ser ocupada. Não é o projeto do empreendimento como um todo.

Gostaria de falar sobre o que foi discutido entre as várias Secretarias: que os 90 milhões seriam necessários para o ano que vem.

A informação sobre o projeto completo, sendo responsável, gostaria de falar com o Departamento de Desapropriações para fornecer as informações com os detalhes que o senhor está me pedindo.

P – O senhor manda, por escrito, até antes da sessão de amanhã? Onde serão gastos esses 90 milhões?

R – Vou falar, dentro desse contexto dos 90 milhões, como estão localizados como um todo.

P – Não sei se o senhor entendeu a dificuldade que tenho?

R – Entendi. Agora, eu também....

P – O senhor vem aqui e diz que é para pagar o projeto de lei, palavras do senhor...

R – Não projeto de lei... Para pagar...

P – Tem um projeto de lei, tramitando nesta Casa, que trata da matéria. Se é daquela área que estamos tratando a liberação urbanística, o que exige quórum qualificado... Estou mexendo nisso para quê? A Cidade, como o senhor, planeja e pensa. Aqui, existem Vereadores que pensam. Nós pensamos, e eu penso a Cidade como um todo.

R – Sem dúvida.

P – Estou dizendo para o senhor que não posso entrar numa aventura. Urbanisticamente, até posso liberar, mas, na outra conta, os Vereadores perguntarão se já não estou pondo 90 milhões lá. É isso. Eu, liberando urbanisticamente, já estou colocando 90

milhões aqui. A Câmara não conhece o custo total, e é isso que lhe pergunto: quanto é o custo total da desapropriação, quanto a cidade vai investir e qual é o prazo. Tudo isso o senhor responderá, por escrito, amanhã.

R – É a liberação do uso da área.

P – Pois é: liberação urbanística. Votação qualificada, Secretário. Estamos mexendo no uso e ocupação de solo. Para que vamos mexer? É que não está claro. É para o pólo. Quanto a Cidade vai gastar e de que maneira? Esses 90 milhões é a ponta do iceberg, e a Câmara pode não concordar com isso.

Diante do que o senhor está falando, é muito difícil votarmos isso amanhã, devido a esse quadro de incerteza.

Consulte o Sr. Marcos Cintra se tem negócio estruturado para cá, pois isso é coisa pública. Estamos hoje aqui e, amanhã, podemos não estar. Essa coisa tem de ficar bem clara para a Cidade. Aliás, deveria estar on-line na Prefeitura. É o que defendo sempre: transparência total.

Quando votei o Itaquerão, entendi que aquela região merecia o perdão, porque caberia o investimento. Foi dito que era para aquilo, para o desenvolvimento daquela região, para a construção do estádio, porque vai trazer hotéis, o desenvolvimento, de que a região Leste precisa. É a mesma clareza que cobramos do lado de cá. O perdão da dívida futura, dos impostos futuros, votamos conscientes.

Sendo que, aqui, estamos mexendo em duas coisas: pondo dinheiro e propondo modificação na lei de uso e ocupação do solo, o que já é difícil devido ao quórum qualificado e, ainda, diante de tantas dúvidas.

Peço que o senhor esclareça, por escrito; se não, já digo que não voto, bem como por quais razões e defenderei que não seja votado até que se esclareçam essas dúvidas.

Pessoalmente, não tenho condições de votar isso enquanto não chegar os esclarecimentos. Não estou disposto a gastar esses 90 milhões, se houver a possibilidade de:

primeiro: permuta em outras áreas, talvez, que valham mais ou que sejam possíveis de fazer.

Vamos prosseguir nas rubricas do senhor: Operação Urbana Faria Lima; Operação Urbana Águas Espreadas – o senhor gastou dinheiro das próprias operações urbanas. Parece-me que são todas fontes 05, ou seja, a fonte de financiamento é da própria operação urbana. Não vejo nenhum problema porque estão dentro do espectro da própria operação.

Peço que o senhor justifique tudo isso e mais: quanto há disponibilizado em caixa de cada operação urbana, nas quais estão mencionadas a fonte 05?

Para a Secretaria, isso aqui é um sucesso. Onde tenho demanda reprimida por conta de CEPACs. Vamos voltar, por exemplo, à Operação Urbana Faria Lima.

O senhor gastou 4 milhões da operação urbana.

Pediria que o senhor fizesse uma rápida explicação sobre esses cinco pontos.

R – Primeiro, o que está no nosso orçamento, na verdade, na medida em que se fazem obras, se remunera a São Paulo Urbanismo e a São Paulo Obras com arrecadação, dependendo do que está previsto na lei, de uma porcentagem desses valores, e o que está no orçamento é somente a previsão dessa arrecadação.

Os recursos para as intervenções efetivas estão nos orçamentos das Secretarias que executam as intervenções. Então, a Siurb executa as obras tem no seu orçamento previsão para os gastos; Sehab, e assim por diante.

Desse modo, o que está aqui discriminado é a porcentagem devida por lei para o repasse para São Paulo Urbanismo e São Paulo Obras.

P – Uma rubrica na 12, não me preocupa, pelo seguinte: quando chegamos nessa fase, estamos no sucesso, com demanda reprimida, já foi à CVM, já passou por esta Casa, já ampliamos as áreas, enfim. Aqui estamos tratando de sucesso, e a fonte não é 00. É a sociedade investindo na própria sociedade, segundo os ditames aprovados por esta Casa. Então, não vejo problemas no gasto, porque o senhor está, obviamente, respeitando a legislação específica de cada uma das operações.

No que diz respeito ao Pólo Institucional de Itaquera, o senhor, em 2011, teve um orçamento de 13 milhões de reais; em 2010, teve 10 milhões de reais. E está pedindo mais 6,251 milhões, tudo com fonte 00.

R – Sim.

P – Como é que isso? Para que vamos gastar esse dinheiro, Secretário?

R – Sei que o senhor sabe, Vereador, mas, talvez, para esclarecer quem nos ouve: o Pólo Institucional de Itaquera é um projeto de intervenção urbana, liderado pelo Município, no entorno da Estação Corinthians-Itaquera...

P – Chegamos numa parte nobre, Secretário. Não posso deixar de falar do Itaquarão, que é muito importante para a Cidade. Tanto que votei e defendi.

Não vou perguntar para que agremiação o senhor torce por questão de respeito. Mas é público que o senhor sabe que o Fielzão é fundamental para a nossa nação de 35 milhões de pessoas. Então, Secretário, é para gastar em volta do Corintião?

R – É. Na verdade, esse pólo é do lado de onde vai ser o Fielzão.

P – Vou defender isso. Estou satisfeito.

R – Mas só para complementar: temos previsão de uma série de equipamentos...

P – Tudo o que for para lá é sustentável...

R - ... para formação de recursos urbanos e humanos: FATEC, ETEC, Senai. Está previsto um projeto para implantação das áreas públicas no meio desses equipamentos e a desapropriação de mais uma área para ajudar a completar o ...

P – Lá é importante, Secretário. Votamos a isenção de 420 milhões. É claro que vamos fazer lá. Uma medida que esta Casa teria de votar – o Secretário do Verde esteve aqui, e, lá, vamos criar diversos parques e árvores -, e o senhor poderia prever no seu projeto o plantio somente de coqueiros. Só falta plantar palmeiras perto do Itaquarão. Tem de plantar coqueiros só. Entendeu agora, Secretário?

Secretário, Fundo. Vamos lá. Na 1169, o senhor está pedindo 24 milhões. O

orçado, em 2011, foi 16. Acho que a fonte é 08, que o senhor está pedindo. Acredito que seja sustentável. Não vejo tanto problema.

Reforma e acessibilidade de calçada, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nenhum problema.

R – Não.

P – De onde vem esse dinheiro da 08?

R – Isso aqui, fizemos uma estimativa de arrecadação de outorga onerosa total.

Isso aqui foi no âmbito do Conselho do Fundurb, dentro da arrecadação total, o que foi alocado para cada programa gerido pelas diversas secretarias.

P – Na 1231, o senhor está pedindo 30.

R – Isso.

P – O senhor pediu em 31, atualizou em 2011, atualizou para 51, executou 44.

Também nenhum problema: Obras e saneamento. Foram aquelas obras mencionadas?

R – Isso.

P – Vou repassar uma por uma e, agora, seremos rápidos. Na 1234, implementação de equipamentos urbanos comunitários. Aqui não ficou claro, Secretário. apesar de a fonte ser a 08, se o senhor quiser que o França responda, não há problema algum. O senhor pediu 16. Implantação de equipamentos urbanos comunitários, a 1234. O que o senhor está fazendo com esse dinheiro aqui?

R – Esse é o que está previsto para Transportes. Na área de Transportes, faz-se a implantação de equipamentos em corredores e terminais.

P – Quais equipamentos?

R – Tem-se uma parte de sinalização, que eles sempre usam para a sinalização...

P – Mas utilizando dinheiro do Fundo para a sinalização quando posso usar o dinheiro das multas!?

R – Mas à medida que o Fundo também recupera, pode-se fazer junto a sinalização.

P – É só uma questão de política de gestão.

R – Isso.

P – Entenderia que seria melhor o senhor aplicar mais em drenagem, tirar um pouquinho daqui.

R – Mas esse aqui é o menor.

P – Pois é. Mas é o que eu estou dizendo, se estou gastando 16, mas são 16 milhões...

R – Mas também há a questão de controladores, eletromecânicos, eletrônicos para a sinalização. Então, a Secretaria de Transportes também tem uma importância grande no âmbito do Fundo.

P – Na verdade, utilizado por SMT.

R – SMT.

P – Transporte que utiliza.

R – Transporte que utiliza.

P – Na verdade, aqui o senhor disponibiliza via Fundo e...

R – Isso, via Fundo, eles utilizam e discutimos aonde vão fazer.

P – Nenhum problema, Secretário. A regularização fundiária de assentamento, o senhor está pedindo 30 e gastou 61, até agora. Gastou 46, em números redondos. O seu orçamento iniciou em 30 e foi atualizado para 61. Por que isso? Estamos em Habitação.

R – Isso.

P – Não há problema. Falo com a pasta. Recuperação do patrimônio histórico e cultural: das 59, 73.

R – Isso. Aí são várias ações.

P – Praça das Artes. Como está essa obra, Secretário?

R – Está...

P – Quando é que conclui? Essa aqui é com o senhor mesmo?

R – Não, não. A Cultura é que executa, que é a responsável pela obra. Ela está em execução e de acordo com o cronograma. Está em 63%.

P – O desenvolvimento da obra como um todo.

R – É.

P – Não há nenhum problema aqui, não. Implantação de parques lineares. Também é Verde e Meio Ambiente.

R – Isso.

P – Recomendo sempre que palmeira é importada. Coqueiro dá melhor. Secretário, outras dúvidas remeterei por escrito, porque tenho uma pauta enorme aqui. Tomaria, seguramente, um dia do senhor. Por esse motivo, vou formulá-las por escrito. Os principais pontos de sua pasta foram esclarecidos, salvo ficando o pedido para que o senhor remeta a esta Casa uma clareza desse dinheiro. Isso ficou muito aquém do esclarecimento necessário. Terei dificuldade de defender, amanhã, esse dinheiro. Acho que falta um pouco de integração com o Sr. Marcos Cintra que, no dia 12, também virá debater. A não ser que os senhores queiram debater isso no dia 12. Só que vamos votar antes. Precisamos votar antes. Por isso, precisaria do esclarecimento a respeito. Então, o senhor remeta, por escrito, o cronograma do custo, o cronograma financeiro antes da votação do Orçamento, ou seja, no prazo de uma semana o custo; os estimados; o planejamento estratégico de cada operação urbana, como um todo, com o devido detalhamento, da inicial à final, físico, financeiro, implantação, resultados. Enfim, para que possa ter uma clareza dessas novas operações urbanas.

Então, aquilo que falamos de sucesso, na verdade é cumprimento de lei. E em sendo cumprimento de lei não me preocupa, porque o senhor tem, com clareza, o dever de cumprir a lei, assim como todos nós.

Márcio Freire, do PT, tem uma questão formulada.

O SR. MÁRCIO FREIRE – Bom dia a todos. O Sr. Secretário já comentou bastante a respeito das operações urbanas e o senhor, também, de forma taxativa, pediu para que viesse por escrito o cronograma. Acho que isso, pelo menos nesse aspecto, já está bastante claro para nós.

Mas em relação ao lançamento de títulos que a Prefeitura está pedindo para complementar o potencial de metros quadrados da Operação Faria Lima, embora a audiência pública específica esteja marcada para amanhã, gostaria que o senhor, se puder, adiantasse algumas questões.

Quero saber se o senhor já tem o valor previsto com o lançamento dos títulos. Sabemos que há um valor de referência que o mercado aceitou pagar no último leilão ocorrido, se não me engano, no ano passado. Desses 500 mil títulos em que se está pedindo autorização para lançamento, em quantos lotes serão lançados e se a Secretaria já tem essa visão.

Da mesma forma, tendo em vista que a grande parte das obras previstas em 95 já foi realizada, qual seria a destinação desses recursos?

Em relação ao PL 470/11, do Piritubão, que o relator também já solicitou esclarecimentos, o senhor comentou que o PL que tramita se refere especificamente ao uso e ocupação do solo. Em relação à operação que há de ser estruturada, se enviará um novo projeto para esta Casa? No PL atual temos que a área poderá ser concedida em parceria. Evidentemente, não há mais detalhes.

Última questão. Nesse caso, Sr. Secretário, temos a informação de que existe uma pequena área, ali, que está contaminada. A Prefeitura já fez alguma intervenção no sentido de resolver esse problema ambiental ou isso também será feito adiante?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, respostas e conclusão das falas finais e daquilo que o senhor deseja acrescentar, ressaltando os pedidos da relatoria de

orçamento, pois sem as respostas sua pasta fica prejudicada no orçamento. Então é preciso que o senhor nos envie em caráter de emergência os esclarecimentos solicitados.

Por favor, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Em relação à lei que propõe a autorização para a emissão de CEPACs, ela tem o objetivo de dar a oportunidade de que metros quadrados em estoque, previsto na lei, possam então ser comercializados. O que estava faltando era simplesmente o instrumento, como o CEPAC é um instrumento que serve para consumir os metros quadrados, mas ele também serve para mudança de parâmetro urbanístico, depende dos setores, então às vezes, há um descasamento entre o CEPAC e os metros quadrados.

O que onera a infraestrutura são os metros quadrados. Esses estão na lei e estão sendo respeitados. O fato de estar sendo proposta a possibilidade de emitir CEPACs está de acordo com os estudos de impacto ambiental que foram feitos, portanto, de acordo com a intensificação do uso na área. Não há nenhum ônus a mais na infraestrutura, é simplesmente para dar vazão ao que já foi previsto.

No que se refere a Pirituba, a questão de uso e ocupação do solo, a implantação de um projeto estratégico de intervenção urbana, que já estava no plano diretor para a dinamização daquela área, e na medida em que o projeto evolui e demanda alguma autorização, ela vai ser feita, mas depende de como o projeto evolui.

Temos ainda a questão de transporte público que está prevista como intervenção. Temos também outras intervenções na operação urbana, que estão na lei e que vão dar vazão com a arrecadação. Quanto à arrecadação não há ainda uma estimativa, estamos primeiro querendo ter autorização para ter os CEPACs.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Esses 500 mil são um limite superior, porque depende do setor em que for consumido. Só vamos autorizar na medida em que houver a garantia de que os estoques vão dar suporte nos diversos setores.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluída a audiência pública da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, vou suspender a audiência para que me despeça do Sr. Secretário e sua equipe.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo a palavra ao Sr. Ailton Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

O SR. AILTON ARAÚJO – Bom dia a todos, senhoras e senhores, nosso Vereador Milton Leite, vamos tentar fazer uma apresentação muito rápida *power point*, para que os senhores tenham uma ideia da nossa Secretaria e do que foi proposto.

- O Sr. Ailton Araújo passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

O SR. AILTON ARAÚJO – A Secretaria de Segurança Urbana tem uma legislação própria e uma estrutura básica, que é composta pelo Gabinete do Secretário, Coordenadoria de Administração e Finanças, Guarda Civil Metropolitana, Corregedoria Geral da GCM, Centro de Formação em Segurança Urbana, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e a Supervisão Adjunta do Serviço Militar.

Essa é a estrutura básica da nossa Secretaria e foi apresentada uma proposta de orçamento, que está atendendo a necessidade daquilo que a Secretaria vai precisar para o ano que vem.

Despesas com pessoal, 371 milhões propostos. Procuramos fazer uma apresentação dos dois últimos anos para que os senhores tenham uma ideia. Em 2010, gastamos 160 milhões; 2011: 229 milhões e, em folha de pagamento, em 2012, estamos prevendo uma rubrica de quase 285 milhões de reais.

Investimentos em tecnologia, em 2010, gastamos 11 milhões de reais; 2011: 15,5 milhões e em 2012 estamos prevendo 31.989 milhões.

Investimentos em infraestrutura, que compreende a parte de locação de viaturas,

locação de veículos, contratos de limpeza, em 2010, gastamos 30 milhões; 2011: 34,6 milhões e em 2012 estamos prevendo um gasto de 24 milhões. Na verdade, havíamos proposto 38 milhões, mas houve um corte pela Coordenadoria Geral de Orçamento.

Investimentos no curso de formação em segurança urbana, principalmente em termos de convênio com a Senasp – Ministério da Justiça. Colocamos os três principais em termos de treinamento e capacitação, em 2011 gastamos 1,4 milhão; ainda em obras do curso de formação e segurança urbana tivemos um gasto de 500 mil reais; em convênios com mobiliários e equipamentos, em 2011: 322 mil reais. Até o final de 2012 são quatro convênios principais e importantes, principalmente, na área da Guarda Civil Metropolitana. Os senhores vão perceber nessa apresentação, o investimento Senasp, para 2012, prevendo 24 milhões, temos uma contra partida pequena por parte do Município.

Execução orçamentária 2011. Nessa tela, vocês vão perceber que gastamos tudo que havíamos previsto para 2001, tivemos uma suplementação e ainda estamos precisando de outra de 12 milhões de reais. Estamos prevendo para 2012, na tela colocamos 376 milhões de reais, mas, na verdade, esse valor foi colocado como proposta. Mas, como houve um corte, no Orçamento está 371 milhões de reais.

Então, Sr. Vereador, essa foi uma apresentação bem rápida e simples para que possamos iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nos últimos números que o senhor apresentou, há um valor liberado no Orçamento de 371 milhões de reais. Quanto o senhor encaminhou à Seplan?

O SR. AILTON ARAÚJO – Foi encaminhado 378 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A diferença é de sete milhões de reais, então?

O SR. AILTON ARAÚJO – Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor não foi das principais vítimas.

Secretário, farei algumas perguntas. A 2582 se refere à compra de equipamentos, mas o senhor não os comprou por quê, Sr. Secretário? O que houve? Principalmente para o Campo Limpo. O senhor pode se utilizar de toda a Assessoria. Aqui está: aquisição de materiais para a GCM Campo Limpo. Na mesma direção, na 2583, o senhor não comprou equipamentos nem viatura para M'Boi Mirim, por quê? O que está acontecendo com Campo Limpo e M'Boi Mirim que estão sem equipamentos e viaturas?

O SR. AILTON ARAÚJO – Vou pedir ajuda a meus Assessores pois estou há uma semana apenas na Secretaria e não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor fique à vontade para utilizar de toda a Assessoria.

O SR. EVERALDO ROCHA – Bom dia, Vereador. Sou Coordenador de Administração e Finanças. Com relação a essas duas rubricas, tivemos de fazer um remanejamento por questões de Orçamento, porque uma parte dele foi suprimido no decorrer do ano. Tivemos alguns pagamentos de ideia para o Orçamento de despesas de 2010 e fizemos um remanejamento.

Quanto à questão da falta de viatura, nós desconhecemos o porquê nessas duas unidades.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois é, mas há falta. A região com o maior número de invasão é a de Campo Limpo e M'Boi Mirim. A GCM não vai reclamar com o superior, mas isso chega aos nossos ouvidos. Dizem que faltam viaturas, equipamentos, ora falta combustível e não dá, principalmente, para fiscalizar. A equipe da GCM como um todo tem sido eficiente no trabalho prestado. Em toda a plenitude, olhamos sempre com bons olhos para a GCM porque ela tem prestado um serviço muito bom para a Cidade. Nós não temos tido reclamações da GCM, a não ser com relação à invasão de área ou de descarrego de caçamba, mas a GCM tem sido eficiente, tem combatido e nós reconhecemos o trabalho dela.

Todavia, essa região é gigante, considerando Campo Limpo, Parelheiros e M'Boi

Mirim. Essa região é enorme e temos tido problemas para fiscalização, está faltando viaturas. Peço que vocês deem uma olhada um pouco melhor, que assistam um pouco mais aquela região porque temos problemas de mananciais. A Guarda Ambiental é ótima, não temos nenhuma reclamação a fazer. Nós queremos é ampliar o serviço e agradecer o trabalho que a GCM tem feito. Estamos clamando por um pouco de atenção na questão de viaturas e combustível para aquela região.

O SR. EVERALDO ROCHA – Nós estamos num processo de ampliação da locação das viaturas e há 60 dias implantamos um novo sistema de cartão de abastecimento na GCM. Então, acredito que essa questão de combustível tenha sido superada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ainda está em fase de implantação.

O SR. EVERALDO ROCHA – Não, já foi implantada há 60 dias. Estamos utilizando

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não temos mais problemas com combustível, pois o sujeito tinha de cruzar a cidade para reclamar, para abastecer, virou a coisa mais arcaica.

O SR. EVERALDO ROCHA - Acabou isso. Agora são 350 postos de gasolina na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É uma boa notícia para a população, era descabido o que existia. Acabava a gasolina e o sujeito tinha de atravessar a cidade inteira para buscar a gasolina. Era duro mesmo. Na operação 2192, o senhor tem aqui, para 2012, 21 milhões e 632 mil, previstos no Orçamento. Gostaria de saber o que é a operação e manutenção da guarda, o que está embutido aqui?

R – É a folha de pagamento da Guarda Civil Metropolitana e agora a Secretaria de Gestão e Sempla tiraram a folha de pagamento desta rubrica e jogaram para outra rubrica.

P – Qual é a rubrica?

R – É a 2191.

P – E mesmo assim sobrou 21 milhões, o que o senhor vai fazer?

R – Esses 21 milhões, existe uma proposta de a gente fazer três grandes projetos: um é um projeto modelo de inspetorias padrão para toda a Guarda Civil Metropolitana, várias unidades da Guarda Civil Metropolitana têm um pequeno porte, médio porte, grande porte, algumas em imóveis locados, outras em imóveis próprios ou em condições super precárias que sabemos e estamos construindo um projeto com Edif para fazer uma padronização de todas as unidades da Guarda Civil Metropolitana. Outro é a ampliação para frota de locação. Aqui têm alguns outros investimentos na área de tecnologia para a Guarda Civil Metropolitana e outros complementares.

P – Na folha de pagamento, nós subimos da 2192 para 2191 e essa foi uma mudança de rubrica. Os 287 cobrem? Mesmo com a previsão do dissídio, do aumento?

R – Cobrem. A princípio o estudo foi feito para isso.

P – Se cobre está respondido. Vou dar por encerrada a audiência pública da Secretaria de Segurança Urbana, cumprimentando o Airton e toda a sua equipe que veio e faço um reconhecimento público do trabalho prestado pela Guarda Civil Metropolitana em São Paulo. São poucas as pessoas que saem daqui ouvindo elogio meu. Vocês prestam um bom trabalho para a cidade e a população sabe disso e nós também.

Estão encerrados os trabalhos.